

Justiça libera contratação de OSs pela PMA

Cândida Oliveira

candidaoliveira@jornaldodiase.com.br

O Tribunal de Justiça de Sergipe decidiu pela liberação da contratação de Organizações Sociais de Saúde (OSs) para gerenciar as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) Nestor Piva, localizado na Zona Norte de Aracaju, e Fernando Franco, na Zona Sul.

Em setembro do ano passado, a juíza Simone Fraga, da 3ª Vara Cível, havia proibido a gestão do município de transferir o gerenciamento, a operacionalização e a execução dos serviços de saúde das UPAs para as OSs, sendo assim favorável a uma Ação Civil Pública impetrada pela Promotoria de Saúde do Ministério Público de Sergipe. No entendimento do relator, no caso da saúde pública, à luz dos autos, a questão de fundo é de gestão, deve o administrador público agir com autoridade e eficácia, punindo os funcionários faltosos e relapsos, cobrando-lhes resultados mediante rigorosa fiscalização.

No entanto, a Procuradoria Geral do Município recorreu da decisão e conseguiu reverter a situação de forma favorável para Aracaju. As OSs são alvo de críticas das entidades médicas que no ano passado se mobilizaram contra a sua criação.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Área da Saúde do Estado de Sergipe (Sintasa), Augusto Couto, não aprova a instalação das OSs. "A gente vê com preocupação a chegada das OSs, pois estamos vendo o reflexo das Fundações estaduais que não resolveram os problemas da saúde pública. Então acreditamos que não será bom para o trabalhador, nem para a saúde aracajuana que já está um caos".

Ele contou que a saúde municipal recebe mensalmente do Governo Federal R\$ 30 milhões para in-

dos Médicos do Estado de Sergipe (Sindimed/SE), Luiz Carlos Espina, diz que a direção da entidade também não concorda com a implantação das OSs. Ele reclama que a Câmara de Vereadores de Aracaju aprovou em sessão extraordinária o Projeto de Lei nº 118/2013 que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organização Social de Saúde e deixa o prefeito livre para fazer a escolha das empresas sem processo licitatório. "Não é bom para os médicos, nem para ninguém, pois em poucos lugares e por pouco tempo as Organizações deram certo. Há denúncias de gastos exagerados e depois de um tempo eles abandonam e deixam um rombo na administração", denuncia.

O sindicalista não aprova a postura da Prefeitura de Aracaju em acusar os médicos de causarem o caos na saúde. "Gostaríamos que a gestão não deixasse os profissionais sem equipamentos, medicamentos, material para trabalhar, mas não é isso que vem acontecendo. Acusam médicos de não trabalhar e assinar o ponto de presença. Se isso acontece, que o gestor tenha coragem de citar nomes. Mas estranhamos a Prefeitura pagar salários a quem não trabalha, isso se configura como improbidade administrativa e estelionato, ou seja, um crime econômico", avaliou o médico.

Ele questionou a forma de como o recurso público é empregado na saúde aracajuana. "Se com o dinheiro que é investido a Prefeitura não consegue administrar o serviço, como é que com o mesmo valor uma empresa privada irá conseguir?". E continuou: "se eles podem pagar salários melhores aos servidores da saúde e até garantem que não faltará medicamentos, queremos saber como conseguem essa mágica, já que a gestão municipal não consegue?".



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCURADORIA DE COMUNICAÇÃO
SECRETARIA DE JUSTIÇA DE JORNALIS

Jornal do Dia

QUINTA-FEIRA, 27 :: fevereiro :: 2014

vestir no atendimento a população. "Eles têm R\$ 1 milhão por dia, e como tanto dinheiro não dá para gerenciar o atendimento?", questionou.

O diretor do Sindicato

Espina adiantou que o Sindimed irá procurar meios para barrar a decisão do Tribunal de Justiça. "O Tribunal não tem noção do que está ocorrendo na saúde de Aracaju", colocou.